

A NAÇÃO E O GÊNERO NO *FIN DE SIÈCLE*: ANÁLISE DE *O BARÃO DE LAVOS* E *O MULATO*

Cláudia Mentz Martins¹

O estudo sobre a nação, seu conceito, os motivos de seu surgimento, os diferentes aspectos que a ela se relacionam como o nacionalismo e a nacionalidade teve seu início por volta dos 1700 e adentra no século XXI sem que os estudiosos tenham obtido algum consenso a respeito do tema. Benedict Anderson (2000) lembra-nos de que se o passado da nação é incerto, também o é o seu futuro. Do mesmo modo, os trabalhos teóricos dedicados ao gênero mostram sua amplitude, ainda que o olhar sobre o assunto seja mais recente, datado do final do século XIX. Elaine Showalter (1993) aponta o *fin de siècle* como uma época marcada pela anarquia sexual e desordem dos gêneros com o aparecimento das figuras da nova mulher e do homossexual. Tais identidades foram vistas como ameaças à instituição casamento, à manutenção da família burguesa, à hierarquização da ordem social, política e simbólica, ocasionando o pânico moral.

Uma das maneiras de verificar como o homem pensava a nação e o gênero no período crucial do final dos 1800, isto é, pós-Romantismo, é investigando como ele as representava por meio da arte. Para tanto, elegemos duas obras literárias do período: uma europeia e outra brasileira, respectivamente, *O Barão de Lavos*² de Abel Botelho, e *O mulato*³ de Aluisio Azevedo. Ambas pertencem ao período denominado Naturalismo ocorrido nas últimas décadas do século XIX, isto é, no *fin de siècle* e estão, portanto, sob a influência da fixação da civilização burguesa, industrial e mecânica, e em contato com as teorias científicas em voga, naquele momento. Essas teorias, como as de Darwin, de Spencer, de Taine e o positivismo de Comte, provenientes dos anos 1830 e 1840, revolucionaram o espírito ocidental.

O contexto histórico, no qual as obras foram escritas, mostra-se relevante para sua compreensão e análise. Devemos recordar que em Portugal, no período da primeira edição do texto de Botelho, o país era governado pela monarquia⁴, e a aristocracia dividia seu espaço com os burgueses em ascensão. No Brasil, quando lançado o livro de Azevedo, a escravatura dos negros ainda era uma realidade e o regime monárquico encontrava-se em franca decadência.

¹ Doutora em Letras pela PUCRS, professora de Literatura da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), atuando tanto na Graduação quanto no Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma instituição.

² BOTELHO, Abel. *O Barão de Lavos*. Porto: Lello, 1933. Todas as citações referem-se a essa edição. A atualização ortográfica do texto foi feita por nós para facilitar a leitura. *O Barão de Lavos* foi escrito em 1891 e compõe com *O Livro de Alda* (1898), *Amanhã* (1902), *Dilema Fatal* (1907) e *Próspero Fortuna* (1910) o ciclo de romances intitulado *Patologia Social*.

³ AZEVEDO, Aluisio. *O mulato*. 13.ed. São Paulo: Ática, 1996. Todas as citações referem-se a essa edição. *O mulato* data de 1881 e é considerada a narrativa naturalista pioneira, no Brasil.

⁴ Em janeiro 1891, na cidade do Porto, houve uma primeira manifestação militar com o objetivo de implementar o regime republicano no país. As razões de seu desencadeamento foram: (a) a oposição às cedências do governo português ao ultimato britânico de 1890, ocasionado pelo “Mapa Cor de Rosa” que demonstrava a intenção portuguesa de exercer a soberania nos territórios que ficavam entre Moçambique e Angola; (b) o entusiasmo com a Proclamação da República no Brasil.

Conforme exposto, as teorias sobre a nação e o gênero estão longe de gerarem unanimidade entre aqueles que se dedicam a refletir sobre eles. Todavia, a fim de sistematizarmos a análise das narrativas indicadas a partir do recorte proposto, elegeremos algumas ideias teóricas que nos parecem dar conta da abordagem realizada por Botelho e Azevedo.

No que se refere à nação, acompanharemos Benedict Anderson (1989). Segundo ele, a nação formou-se a partir de dois sistemas culturais: as comunidades religiosas e os reinos dinásticos⁵, ambos aceitos como “verdadeiros quadros de referência” (ANDERSON, 1989, p. 20), semelhantemente a atual concepção de nacionalidade. A consolidação da idéia de nação, para o autor, também se deve ao papel desempenhado pelo jornal e pelo romance, vistos como “recursos técnicos para re[a]presentar a **espécie** de comunidade imaginada que é a nação” (ANDERSON, 1989, p.34, grifo do autor). São eles duas formas de escrita que unem indivíduos aparentemente sem ligação entre si e que movem um organismo sociológico através da história.

Quando nos reportamos ao gênero, pautaremos-nos em Elaine Showalter (1993). Ao seguir o caminho trilhado pela crítica feminista, falamos de uma “determinação crucial na produção, circulação e concepção do discurso literário” (SHOWALTER, 1993, p.1), isto é, tratamos de homens e mulheres. Esta é uma menção a outras categorias de diferenças como raça e classe que estruturam nossas vidas e textos. É também uma questão de poder; de distinguir os papéis desempenhados pelo masculino e pelo feminino na manutenção da ordem sócio-cultural, ou de suas mudanças. A sua crítica é estabelecida a partir das obras representativas do *fin de siècle*⁶, por ser considerado, conforme salienta Showalter (1993, p.8), um período característico das crises da masculinidade e da anarquia sexual. É um período de escândalos sexuais, de insegurança cultural, que fez o homem temer a regressão e a degeneração. No *fin de siècle*, as fronteiras que distinguem os sexos, as raças, as classes sociais e as nacionalidades são ameaçadas.

N’*O Barão de Lavos*, a sociedade descrita está em declínio, caracterizando-se pelos casamentos entre os aristocratas decadentes e os burgueses em ascensão. A união de D. Sebastião Pires de Castro e Noronha, o Barão, e Elvira, também chamada de Vivi e filha do senhor Ignacio Migueis – um antigo negociante de panos –, ocorreu por ser conveniente a ambos. Através do casamento, D. Sebastião almejava deixar seus vícios de solteiro, ou seja, buscava o corretivo para suas *vis* “aberrações da carne” (BOTELHO, 1933, p. 31); sem todavia alcançar esse objetivo. Já Elvira ansiava por casar, ao contrário de algumas mulheres européias, no final do século XIX. Segundo Showalter (1993, p.37), algumas mulheres dessa época começavam a considerar o casamento *uma opção* entre outras, isto é, não descartavam o desejo de trabalharem e se tornarem independentes.

Em *O mulato*, a sociedade tem as bases centradas nos valores burgueses e no poder patriarcal onde os casamentos são estabelecidos também por conveniência. O pai de Ana Rosa, Manuel Pedro da Silva – vulgo Manuel Pescada –, vê no português Luís Dias, seu empregado, o

⁵ As comunidades religiosas eram as grandes culturas sagradas detentoras de línguas igualmente sagradas que as congregavam. Conforme as línguas vulgares assumiam o papel de idiomas oficiais e administrativos de um local, tais comunidades foram sendo substituídas, ao longo dos séculos, pela consciência de nação. Já os reinos dinásticos eram considerados os únicos sistemas políticos imagináveis, derivando deles as concepções modernas de vida política. O seu desaparecimento decorreu do fenecimento do princípio da legitimidade, mas isso não impediu que suas organizações adquirissem o adjetivo *nacional*. (ANDERSON, 1989, p.20)

⁶ Esclarecemos ser *fin de siècle*, para Showalter (1993), uma expressão francesa da década de 1880 que busca definir o estado de espírito das pessoas em toda a Europa e nos Estados Unidos. Tal sensação proveio da intensificação de crises que acometeram o mundo, porque a história nos avisa do terror e da decadência, após as revoluções (p. 14).

homem ideal para casar com sua filha. Esse, por sua vez, deseja casar com Ana Rosa por ser a maneira mais rápida de obter dinheiro: “Não desdenhava de qualquer meio para chegar mais depressa aos fins: [...] Lama ou brasa - havia de passar por cima; havia de chegar ao alvo - enriquecer.” (AZEVEDO, 1996, p. 36).

No texto de Azevedo, temos o denominado patriarcado privado⁷, de acordo com a denominação de Sylvia Walby (2000). Segundo a teórica, o patriarcado privado “caracteriza-se pela dominação das relações patriarcais dentro de casa. [...] o modo de expropriação da mulher é individual, por seu marido ou pai. [...] [e] as mulheres são excluídas das atividades de domínio público e com isso restringidas ao doméstico” (WALBY, 2000, p. 257-258).

A educação feminina é comentada nos dois romances. Na obra de Botelho, temos, por intermédio de Elvira, um exemplo da educação recebida pelas mulheres portuguesas: “O natural era excelente, liso na intenção, apontado ao bem, simples, claro. Formado numa educação menos absurda que a lisboeta, podia ter dado uma mulher exemplar.” (BOTELHO, 1933, p. 32). Quanto à Ana Rosa, no texto brasileiro, também sua educação é representativa das moças da época. Segundo Maria Lúcia da Rocha-Coutinho (1994, p.80), as meninas não tinham uma educação idêntica à dos meninos, mas nas escolas femininas, que eram separadas das masculinas, aprendiam “as primeiras letras, as gramáticas portuguesa e francesa, os ‘trabalhos de agulha’, a música, o canto e a dança”, conforme o trecho ilustra:

instruída. Conhecia muitos Ana Rosa cresceu [...] aprendera de cor a gramática do Sotero dos Reis; lera alguma coisa; sabia rudimentos de francês e tocava modinhas sentimentais ao violão e ao piano. Não era estúpida; tinha a intuição perfeita da virtude, um modo bonito, e por vezes lamentara não ser mais trabalhos de agulha; bordava como poucas, e dispunha de uma gargantazinha de contralto que fazia gosto de ouvir. (AZEVEDO, 1996, p. 20)

O olhar sobre as relações entre nação e gênero não se restringe a verificarmos como estão representados o sexo e a figura feminina, mas também concerne aos aspectos da etnia e ‘raça’. Se o sexo separa os homens das mulheres, a etnia e a ‘raça’ dividem os homens e as mulheres dentro de seus próprios grupos. Sylvia Walby (2000, p. 263) expõe que as diferenças etnias e ‘raças’ “têm padrões diferentes de relações entre os sexos, alguns dos quais podem ser considerados preferíveis a outros”. Desta forma, a preferência de uma etnia ou ‘raça’, num determinado grupo social, indica o projeto nacional que ali se estabelece o que, por consequência, acaba por mostrar a preferência por determinados indivíduos e a discriminação de outros.

Na sociedade maranhense descrita em *O mulato*, o racismo se faz presente, sendo demonstrado, sobretudo, pelos descendentes dos portugueses. Os negros são vistos como seres inferiores, bárbaros, *um* ‘mal necessário’ que contamina as casas de família com sua presença. O próprio Raimundo, o protagonista do livro, quando descobre ser filho de uma negra escrava, percebe que as atitudes estranhas que as outras pessoas tinham em relação a ele eram, na verdade, uma discriminação que sofria por ser mestiço — um mulato:

Uma só palavra boiava à superfície dos seus pensamentos: “Mulato”. E crescia, crescia, transformando-se em tenebrosa nuvem, que escondia todo o seu passado. Idéia parasita, que estrangulava todas as outras idéias.

⁷ Em oposição ao patriarcado privado, Sylvia Walby (2000, p. 257 - 258) apresenta o patriarcado público que “é dominado pelo emprego e o Estado. [...] é coletivo, através de muitos homens agindo em comum. [...] a estratégia dominante é segregacionista, permitindo que as mulheres entrem em todas as esferas, mas segregando-as e subordinando-as ali.”

– *Mulato!*

Esta só palavra explicava-lhe agora todos os mesquinhos escrúpulos, que a sociedade do Maranhão usara para com ele. Explicava tudo: a frieza de certas famílias a quem visitara; [...] as reticências dos que lhe falavam de seus antepassados; a reserva e a cautela dos que em, sua presença, discutiam questões de raça e de sangue; [...]. (AZEVEDO, 1996, p. 167-168)

Nessa obra, o racismo aparece como um elemento presente de uma nação em formação. O casamento por amor, que mesclaria etnias, entre Raimundo e Ana Rosa, e que legitimaria um pequeno núcleo social, a família, não se realiza porque ainda não tinham sido criadas maneiras de aplacar as tensões existentes. Por sua vez, em *O Barão de Lavos*, esse aspecto não é tratado porque a nação já está construída. Nele está explícita a aliança de diferentes classes sociais: a união da fidalguia com a burguesia.

Um ponto crucial na obra de Botelho centra-se no sistema patriarcal preocupado com a degenerescência dos indivíduos, por consequência, da família e da sociedade. A hereditariedade mostra-se como um fator determinante da vida da personagem central, estando esse aspecto salientado no desfibramento do Barão, visto como resultado das ligações ilegítimas de seus antepassados, ou seja, é sendo na união desses que se encontra a causa de seus males:

O atavismo fez explodir neste com rabida energia todos os vícios constitucionais que bacilavam no sangue da sua raça, exagerados numa confluência de seis gerações, d'envolta com o instinto doidos de pederasta, inoculados e progressivamente agravados na sociedade portuguesa pelo modalismo etnológico da sua formação. (BOTELHO, 1933, p. 22)

A homossexualidade, na obra, reflete as ideologias e as teorias científicas do período. De acordo com os estudos de Showalter (1993), a homossexualidade é uma doença – uma questão médica – para a qual se intenta “estabelecer rótulos e contornos nítidos” (Showalter, 1993, p. 30). Também mostra a anarquia sexual reinante no final do século XIX. Nas palavras de Showalter (1993, p.23): “o que era mais alarmante no *fin de siècle* era a impossibilidade de a sexualidade e os papéis sexuais serem contidos dentro dos limites simples e permanentes da distinção sexual”.

Por meio desse desvio de conduta, surge um mundo que vive à margem da sociedade erigida sob os valores tradicionais: o dos marginais e dos degenerados. Seu principal representante é Eugenio, amante do Barão e de Elvira, que se utiliza das taras do casal e da *carreira artística* para deixar o submundo que habitava. É um sujeito emergente que usa o próprio corpo para se vingar das misérias vividas e para penetrar num meio social falido, mas que lhe propiciará uma existência mais folgada.

Com Eugênio também vem à tona o linguajar chulo daqueles que moram nas ruas. Ao colocar essa personagem em contato com o Barão e ao introduzi-la na casa desse, há o confronto da linguagem utilizada pelos fidalgos e burgueses – que fazem uso de termos e expressões pertencentes à língua francesa para demonstrar cultura, boa educação e refinamento – com a dos excluídos – possuidora de uma fala composta de termos grosseiros. Lembramos que no círculo social mais instruído, o vocabulário em francês reflete a influência que a França exercia sobre os outros países europeus, inclusive, sobre Portugal.

Na narrativa *O mulato*, existe a fixação de alguns vocábulos locais, como *cabra*, para designar mulato, ou *bode*, para maçom, e tem-se o registro da linguagem utilizada pela população em geral: “ – [A falecida Maria do Carmo] Era pra um tudo!... afirmava uma delas compungida. Devo-lhas muitas!... que lhas hei de pagar com padres-nosso! Inda s'trou dia, quando me atacou uma pneumonia na pequena [...]” (AZEVEDO, 1996, p. 137).

Com isso, reparamos que a língua portuguesa oficial era influenciada por estrangeirismos e pela linguagem dos mais diferentes estratos sociais. No texto brasileiro, há ainda destaque ao uso do latim por parte do Cônego Diogo, que se utiliza dele para coagir, dar sua opinião sem se comprometer, e fazer valer suas vontades e seus desejos. O latim é, então, como uma língua de poder, à semelhança do período das grandes comunidades religiosas, nas quais os padres, por conhecerem também a língua vulgar, eram considerados mediadores entre o céu e a terra (ANDERSON, 1989, p. 25).

No sistema patriarcal brasileiro, o clero é uma peça fundamental na manutenção da ordem social. Como as mulheres têm poucos contatos fora do âmbito familiar, prezam o relacionamento com o padre local. Gilberto Freyre (1985, p. 93-94) salienta que esse indivíduo, considerado por elas um ser que tem o dom de “livrá-las” de seus pecados, gerados pelo desejo de se libertarem da opressão doméstica vivida, é um aliado do *pater familias*.

Em *O mulato*, percebemos um tom anti-clerical mais acentuado do que n’*O Barão de Lavos*, em função das críticas feitas à influência que a Igreja exerce sobre o país em formação. Cabe-lhe, em última análise, manter o *status quo* organizando e dirigindo as relações sociais, familiares, e determinando o desfecho da vida de cada pessoa que esteja sob seu domínio. Já, na narrativa portuguesa, o combate ao clero é mais tênue, restringindo-se a menções à homossexualidade entre os religiosos e a comentários que demonstram descontentamento pelo fato de a Igreja interferir nos poderes existentes: “Lisboa é uma nação pequena. [...] Em Lisboa existe uma capela gótica, o convento monástico, e o fundador da dinastia, senão modelado em mármore, hirto e solene no silêncio do sepulcro” (BOTELHO, 1933, p. 387).

O trecho apresentado é uma crônica impressa num jornal, um veículo que aparece muito referido nos dois livros em análise ao lado dos romances que as personagens fazem menção de ler e/ou conhecer. Fundamental é não esquecermos de destacar a importância que essas publicações tinham dentro das sociedades. N’*O Barão de Lavos*, os periódicos não são apenas mencionados, mas aparecem como lugares onde algumas personagens trabalham, a exemplo do próprio protagonista, que é o colaborador num deles. Na narrativa de Azevedo, Raimundo, ao resolver escrever e publicar folhetins, não agrada as pessoas por serem seus textos muito sérios, passando então “a dar contos, em prosa e verso; [que] eram observações do real, [...] [pintavam] espiritualmente os costumes e tipos ridículos do Maranhão” (AZEVEDO, 1996, p. 100). Por sua vez, a população utiliza o mesmo meio de expressão para se defender e rebater as críticas recebidas. Com isso, o jornal é o meio encontrado, por certos indivíduos e por sua classe social, para vincular opiniões a respeito dos mais variados assuntos: de um comentário a respeito de uma peça teatral até uma crítica incisiva contra um indivíduo ou uma comunidade.

Quanto aos romances referidos nas narrativas, são apontados como pertencentes à esfera feminina. Tanto Elvira quanto Ana Rosa aparecem ligadas a alguns títulos e personagens, os quais oferecem ao leitor uma idéia da educação e da personalidade de cada uma, e servem de indicativo para o comportamento que elas terão ao longo de suas trajetórias. Elvira lê “com interesse *Madame Bovary*.” (BOTELHO, 1933, p. 13); e Ana Rosa tem na sua “bibliotecazinha de poetas e romancistas; [...] um *Paulo e Virgínia* de *biscuit* sobre a estante” (AZEVEDO, 1996, p. 21), além de ter lido *Graziela* de Lamartine.

A citação de um jornal voltado para o público feminino, em *O Barão de Lavos*, demonstra uma alteração do pensamento do final do século XIX. Se até a presente data, os jornais eram do âmbito estritamente masculino, um periódico voltado às senhoras indica a preocupação da imprensa

em agradar um público leitor que se está formando: o das mulheres que não se satisfazem mais com os romances e os poemas, prenunciando uma alteração de comportamento que alcançará sua expressão máxima no século posterior: “[Mendonça] Ali tinha, para principiar, a primeira das suas crônicas galantes, inserta num jornal criado recentemente e dedicado às damas, — *jornal fino, leve, elegante, verdadeiro jornal fim de século*, [...]” (BOTELHO, 1933, p. 386).

Essas formas de escrita — jornal e romance — são importantes, porque ajudam a formar a idéia de nação. Segundo Anderson (1989, p. 35), o romance, ao trabalhar com a simultaneidade em um tempo homogêneo e vazio, apresenta “uma analogia precisa com a idéia de nação, que também é concebida como uma comunidade compacta que se move firmemente através da história”. Já o jornal cria a consciência em cada indivíduo de que pessoas desconhecidas realizam simultaneamente a ele o mesmo ritual, dando-lhe a segurança de fazer parte de uma comunidade anônima, que é a marca das nações modernas.

A representação do espaço público e privado é outra questão presente nas duas narrativas. Em *O Barão de Lavos*, a história transcorre em grande parte no ambiente privado, por propiciar a revelação das personagens; é nele que elas deixam aflorar suas taras e seus desejos. Quando o espaço público — as ruas, o teatro — aparece é freqüentado pelos homens, mas dificilmente pelas mulheres. Essas, ao surgirem nesse meio, estão geralmente acompanhadas. N’*O mulato*, igualmente, poucas são as senhoras casadas que frequentam as ruas da cidade, e as moças solteiras não aparecem nesse local, estando no interior das casa. Quando por ventura saem, mostram-se acompanhadas de outra pessoa. Por outro lado, os homens perambulam pela cidade livremente, com os mais diferentes objetivos: trabalhar, buscar divertimento ou conversar com os amigos.

Maria Lucia da Rocha-Coutinho (1994) discorre que a liberdade dos homens e a reclusão das mulheres parte da lógica de que ao público vincula-se à inteligência, à racionalidade e à capacidade de decisão consideradas inerentes ao ser masculino; enquanto ao privado são designadas à afetividade e às tarefas domésticas, que, por serem ligadas ao âmbito feminino, isolam as mulheres dentro das residências. Andrea Nye (1995) reforça essa questão ao mostrar que as mulheres do período por precisarem preservar o recato e a castidade, permanecem em casa, sem se preocupar com a sociedade civil. Para Rocha-Coutinho (1994), como o espaço público é vedado às mulheres, o casamento coloca-se a elas como quase que a única carreira possível, de sorte que permanecerem solteiras, além de representar um desprestígio social, aponta-as como incapazes de exercerem os serviços domésticos que aprenderam desde crianças e de não terem a habilidade de cuidar de uma família.

Após essas considerações, vemos que, na obra portuguesa, há o malogro do casamento, subordinado à lei do interesse e da luxúria. Sob o manto das aparências, observamos a miséria e o aviltamento formado pela diluição da família. A deterioração desse pequeno núcleo social leva à deterioração da sociedade. A derrocada da família, da aristocracia, portanto, da moral individual e coletiva aponta para a corrupção das consciências em todos os setores sociais. A nação, que já estava construída, sofre uma ‘re-formação’. Ela precisa se adaptar às transformações que, o final do século XIX, surgem com a alteração da ordem social, política e econômica, ocasionadas pelo enriquecimento dos burgueses e a adesão desses ao estrato social mais elevado.

No texto de Azevedo, temos uma nação em formação, que se empenha em obter sua própria identidade. A narrativa transcorre no período em que o Brasil ainda sofre as consequências do tempo em que foi colônia portuguesa e é influenciado pela cultura europeia trazida pelos filhos das famílias mais abastadas, quando retornavam de seus estudos no Velho Mundo. As personagens, por esse viés, apontam para os paradoxos existentes dentro da sociedade: enquanto algumas exaltam as

belezas existentes, num forte sentimento ufanista, outras desfiavam os prejuízos que o clima e os costumes brasileiros produzem no corpo de seus habitantes.

Nos dois romances, as personagens femininas centrais buscam a libertação das imposições sociais castradoras. Ana Rosa propõe-se a afrontar a família para tentar permanecer com o homem que ama, e Elvira cai no adultério para satisfazer seus desejos e compensar seu casamento frustrado. Todavia, elas não fogem dos estereótipos femininos contidos nas obras que as antecederam, isto é, a primeira torna-se submissa às vontades e à autoridade do *pater familias*; e a segunda não tem coragem de enfrentar a sociedade, ficando a costurar passivamente, na monotonia de seu viver, tendo ao seu lado o eterno apaixonado Horácio, que, em virtude da velhice do Barão, espera sua amada pacientemente. Ambas, ao término de suas narrativas, acabam descritas como gordas, sem a graça e a sedução, demonstradas ao longo das histórias.

Sobre Ana Rosa, recordamos que a sua gravidez, que se deu numa relação ilegítima e que poderia comprometer seu futuro e impedi-la de estabelecer uma relação dentro dos padrões sociais aceitáveis pelo grupo em que se encontra inserida, é resolvida ao sofrer um aborto natural. Assim, sem a existência do filho bastardo é como se não tivesse máculas, fosse tão pura quanto no início da narrativa e permanecesse, para a sociedade, uma moça decente para contrair um casamento respeitável.

Há, contudo, por parte da figura feminina, o início de um processo de tentar sair da alienação em que se encontrava. Todavia, ainda não será neste período que conseguirá ultrapassar os obstáculos levantados pela autoridade do poder patriarcal.

N’*O Barão de Lavos* e n’*O mulato*, encontramos, pois, os destinos das mulheres e dos homens unidos ao da comunidade, o da família ao da nação. As sociedades descritas são aquelas caracterizadas pelos conflitos pertinentes às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, representativas do *fin de siècle*. Alterações essas, que, nas obras, são intensificadas pela tentativa de reformulação ou de formação do país, referentes, respectivamente, aos casos de Portugal e do Brasil. Os textos mostram ainda a anarquia sexual vivida pelas pessoas da época, em virtude das normas regentes do comportamento e da identidade sexual estarem passando por uma revolução, ocasionada, em parte, pelo positivismo e pelo cientificismo, que legaram, a partir de suas descobertas e teorias, uma série de transformações ao pensamento ocidental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict Raízes culturais. In: ____. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p. 17-45.
- ____. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 7-22.
- AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. 13.ed. São Paulo: Ática, 1996.
- BOTELHO, Abel. *O Barão de Lavos*. Porto: Lello, 1933.
- FREYRE, Gilberto. A mulher e o homem. In: ____. *Sobrados e Mucambos*. 7.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. t.1. p. 93-151.
- NYE, Andrea. Liberté, Egalité et Fraternité: liberalismo e direitos das mulheres no século XIX In: ____. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1995. p. 18-47.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia da. *Tecendo por trás dos panos*. A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual*. Sexo e cultura no *fin de siècle*. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- ____. *Introdução: a elevação do gênero*. Tradução de original não identificado, realizada por alunos do Curso de Pós-Graduação da PUCRS. Porto Alegre: Mimeo, [199-].
- WALBY, Sylvia. A mulher e a nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto. p. 249-269.

